

BRASÍLIA, 2008

A Jornada das Margaridas articula as dimensões simbólica e política ao marcar os 25 anos do assassinato de Margarida Alves e compor a agenda da Marcha das Margaridas 2007.

Com esse caráter a Jornada das Margaridas dialoga com as principais bandeiras, reivindicações, proposições e desafios colocados para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta organizadas nos eixos de luta: Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar; Trabalho Renda e Economia Solidária; Garantia de Emprego e Melhores Condições de Vida e Trabalho das Assalariadas; Política de Valorização do Salário Mínimo; Saúde Pública; Educação do Campo e Combate a Violência Sexista.

Os pontos apresentados a seguir resultam de amplo debate realizado pelas organizações que compõem a Marcha das Margaridas (Contag, CUT, MMTR-NE, MIQCB, CNS, Marcha Mundial das Mulheres, Rede LAC, Coprofam) na perspectiva de monitorar e atualizar a pauta da Marcha 2007 - 13 pontos destacados para negociação imediata e a pauta completa com 107 itens apresentadas ao governo federal em julho de 2007.

Com esta iniciativa reafirmamos a Marcha das Margaridas como uma ação estratégica de caráter permanente para combater a fome, a pobreza e a violência sexista e construir um país justo, soberano e democrático com igualdade e autonomia para as mulheres do campo e da floresta. O horizonte de negociação da Marcha das Margaridas 2007 é o ano de 2010, o que significa dizer que a pauta da Marcha estará em pauta até esse ano, seja na forma de monitoramento, reafirmação ou atualização dos itens que a compõem.

1. Publicar a Portaria Interministerial que atualiza os índices de produtividade agropecuária. (Item 1 dos 13 pontos; item 3 da pauta completa)
2. Fortalecer e reconhecer o PROAMBIENTE como política pública para os trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país, garantindo o reconhecimento da atuação das mulheres, com a destinação imediata de recursos financeiros para fortalecimento dos 11 Pólos existentes e criação de novos Pólos em outros biomas; inclusão de todos os

municípios pertencentes aos 11 Pólos no Programa Territórios da Cidadania do MDA; e criação de um fundo nacional para investir no Pagamento por Serviços Ambientais pela gestão sustentável da propriedade rural. (Item 4 dos 13 pontos e item 32 da pauta completa)

3. Criar, homologar e regularizar reservas extrativistas, bem como agilizar todos os processos em tramitação, para garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, e meio primordial de sustentabilidade e de reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, quilombolas, priorizando a regularização das Reservas Extrativistas de Mata Grande e Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO) e criar da Reserva Extrativista Enseada da Mata, município de Penalva (MA). (Item 5 dos 13 pontos e itens 20 e 21 da pauta completa)
4. Criar órgão colegiado específico, envolvendo entidades do Governo e da sociedade civil, para acompanhamento e definição de medidas mitigadoras dos impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelos grandes projetos de obras de infra-estrutura, geração de energia, carnicultura, turismo, agronegócio, monoculturas de eucaliptos e outros. (item 6 dos 13 pontos e itens 22, 24 e 31 da pauta completa)
5. Dinamizar o Programa Nacional de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, estabelecendo com o Comitê Gestor do Programa metas de atendimento aos grupos produtivos de mulheres relacionados pelos movimentos sociais. (Item 9 dos 13 pontos e 59 da pauta completa)
6. Garantir ações de acompanhamento e monitoramento dos grupos produtivos de mulheres em todas as etapas, da formulação à implementação dos projetos, de modo a assegurar o atendimento aos grupos, e articulação com outras ações e políticas, especialmente aquelas do Pronater, acesso ao crédito e comercialização. (Item 9 dos 13 pontos e 59 da pauta completa)
7. Cumprir a determinação anunciada pelo governo que garante a representação das trabalhadoras rurais na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Item 10 dos 13 pontos e item 63 da pauta completa - CNMTR)
8. Reeditar a Portaria que cria o Fórum nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta. (Item 13 dos 13 pontos e item 102 da pauta completa)
9. Apoiar, com recursos financeiros, seminários regionais e nacionais com o objetivo de qualificar a atuação, as intervenções e proposições das organizações da sociedade civil junto ao Fórum Nacional de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. (Item novo)

10. Estabelecer limite máximo para o tamanho da propriedade da terra, como um dos critérios para o cumprimento de sua função socioambiental. (item 1 da pauta completa)
11. Adotar medidas para limitar a aquisição, ou outras formas de acesso às terras brasileiras, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras e por empresas brasileiras de capital internacional. Para tanto, reivindicamos a imediata revogação do Parecer Vinculante GQ 181, da AGU e a revisão da Lei 5.709/71, por meio de medida provisória. (Item 2 da pauta completa)
12. Revogar a Medida provisória 2.183-56 que proíbe a desapropriação de áreas ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores rurais. (Item 4 da pauta completa)
13. Fazer gestões junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 438/2001 que trata da expropriação de terras onde for constatado o trabalho escravo. (Item 5 da pauta completa)
14. Assentar 250 mil famílias por ano até o ano de 2010, assegurando o acesso das mulheres a terra, assistência técnica, ao crédito e à infraestrutura de qualidade, além da participação igualitária na gestão dos assentamentos. (Item 6 da pauta completa)
15. Capacitar as servidoras e servidores do INCRA responsáveis pelas ações do Plano Nacional de Reforma Agrária para que reconheçam as mulheres como legítimas beneficiárias da Reforma Agrária e garantam o efetivo cumprimento da Portaria Nº 981, da Instrução Normativa Nº 38 e do crédito para as mulheres assentadas. (item 7 da pauta completa)
16. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei Federal Babaçu Livre, PL nº. 231/2007, que dispõe sobre o livre acesso aos babaçuais pelas quebradeiras de coco em regime de economia familiar e a proibição de derrubadas de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. (Item 13 da pauta completa)
17. Dar cumprimento às providências indicadas pelo governo na resposta à Pauta da Marcha das Margaridas de 2007, quanto aos estudos de viabilidade da inserção do babaçu na política de produção e uso de energias renováveis com a participação das organizações de mulheres quebradeiras de coco babaçu. (Item 15 da pauta completa)
18. Estimular e garantir a participação qualificada das mulheres como Membro efetivo para compor o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nos Conselhos de Meio Ambiente e nos Comitês de Bacias Hidrográficas, espaços de formulação e gestão das políticas públicas específicas para a proteção dos recursos naturais. (Itens 24 e 31 da pauta completa)

19. Estabelecer um debate amplo com a participação da sociedade civil visando a criação e o fortalecimento de normas que garantam o controle e a efetiva fiscalização do uso de agrotóxicos e transgênicos no país, impedindo toda e qualquer flexibilização dos critérios de importação e registro desses insumos, como forma de proteção dos consumidores, da saúde, do ambiente e de garantia do direito humano à alimentação adequada, à vida e à saúde. (Itens 22, 38, 39 e 40 da pauta completa)
20. Retomar os programas regionais de captação e acesso à água por meio de cisternas (P1MC) e outras formas compatíveis com a produção sustentável. (Item 19 da pauta completa)
21. Apoiar a aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional - PEC Cerrado e Caatinga, para modificação do Art. 225 da Constituição Federal. (Item 27 da pauta completa)
22. Reativar o Grupo de Trabalho do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, garantindo a alocação de recursos financeiros para a construção de obras descentralizadas no semi-árido como parte de um conjunto de ações (itens 25 e 26 da pauta completa)
23. Garantir apoio financeiro do MMA para a implementar projeto de educação ambiental pela CONTAG para a capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente com reconhecimento e ampla divulgação dos conhecimentos e atuação das mulheres agricultores na defesa dos recursos naturais e no uso sustentável da biodiversidade. (itens 30, 35 e 42 da pauta completa)
24. Garantir o acesso da agricultura familiar aos recursos da biodiversidade ao uso próprio de sementes protegidas, resultado de suas colheitas, conforme previsto na Lei de Cultivares, nº 9.456 de 25/4/97; impedindo a ameaça ao direito do agricultor assegurado no Tratado da FAO. (Item 37 da pauta completa)
25. Rever os critérios para contratação dos serviços, desburocratizando os procedimentos para celebração de convênios e contratos, a exemplo do Pregão Eletrônico, para garantir a participação das comunidades beneficiárias e suas organizações. (Item 19 da pauta completa)
26. Garantir apoio e recursos financeiros dos programas do Governo Federal para a realização de Campanha Nacional pela defesa das águas, com a construção de um modelo de gestão pública da água eficiente e participativo, priorizando a democratização do seu uso. (Item 18 da pauta completa)
27. Efetivar os termos do compromisso assumido por representantes do MDA e pelo Ministro do Meio Ambiente, em reunião com a Contag no dia 24 de julho de 2008, assegurando a celeridade no processo de licenciamento ambiental nos assentamentos de reforma agrária (Item novo)

28. Garantir a realização dos convênios para prestação de assessoria técnica social e ambiental para todos os assentamentos, assegurando processos de capacitação dos técnicos e técnicas para atenderem às especificidades das organizações de mulheres. (Item novo)
29. Garantir a permanência das famílias no perímetro delimitado e nas áreas de amortecimento das Unidades de Conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral. Para as famílias que já estão nas Unidades criadas, conceder bolsa para apoio até que seja concretizada a regularização fundiária dessas áreas. Incentivar o processo de constituição de mosaicos de grupos e categorias na criação das Unidades, e readequação das áreas já criadas, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a conservação da biodiversidade com a valorização da sociobiodiversidade no contexto regional. (Item novo)
30. Realizar estudos direcionados à avaliação da evolução e eficiência no acesso e utilização do crédito Pronaf pelas mulheres agricultoras e o seu impacto no fortalecimento da agricultura familiar e criar mecanismos eficientes de divulgação, capacitação e monitoramento. (Item 53 da pauta completa)
31. Divulgar a necessidade de novas práticas de consumo de alimentos que sejam mais saudáveis, que valorizem a produção local da agricultura familiar, contribuindo para superar o quadro de degeneração biológica, ambiental e social. (Item 41 da pauta completa)
32. Criar instrumentos que assegurem a qualidade do emprego e da renda, a qualificação e requalificação profissional às trabalhadoras e trabalhadores rurais e garanta políticas públicas de reinserção produtiva. (Item 68 da pauta completa)
33. Fazer gestões junto ao CONAES e CONASENES para a pactuação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, já aprovada pelo Conselho de Dirigentes do Ministério da Saúde, a ser votada no CNS no próximo dia 01 de agosto. (Item 82 da pauta completa)